



REFORMA TRIBUTÁRIA

CUIDADO: CNPJ ALFANUMÉRICO E NOTAS DE DÉBITO E CRÉDITO PODEM TRAVAR OPERAÇÕES

▶▶ Leia na página 8

Venda de imóveis entra no radar do IR e exige atenção ao ganho de capital

Especialista alerta que o cruzamento mais rigoroso de dados pela Receita Federal tem ampliado a fiscalização sobre operações imobiliárias, exigindo maior cuidado na apuração e declaração de ganhos.

A venda de imóveis passou a ocupar posição de destaque na fiscalização tributária no Brasil, impulsionada pelo avanço no cruzamento de dados pela Receita Federal do Brasil. O movimento tem aumentado o nível de atenção sobre a apuração de ganho de capital no Imposto de Renda, especialmente em operações realizadas por pessoas físicas e empresas.

“O que antes passava com menor rigor hoje é rapidamente identificado pelos sistemas da Receita. A omissão ou inconsistência na apuração do ganho de capital se tornou um risco real”, afirma o advogado Sandro Wainstein, especialista em advocacia empresarial. Segundo ele, muitos contribuintes ainda tratam a venda de imóveis como uma operação simples, sem considerar a complexidade tributária envolvida.

Na prática, os principais riscos estão na atualização incorreta do valor de aquisição, na descon sideração de custos que podem ser abatidos e em falhas no cálculo do imposto devido. Soma-se a isso a divergência entre valores declarados e registros em cartório ou instituições financeiras, o que tende a acionar mecanismos automáticos de fiscalização.



“O que antes passava com menor rigor hoje é rapidamente identificado pelos sistemas da Receita. A omissão ou inconsistência na apuração do ganho de capital se tornou um risco real.”

Também chama atenção o desconhecimento sobre hipóteses legais de isenção ou redução do imposto, que, quando aplicadas de forma equivocada, podem gerar questionamentos futuros. “Não basta conhecer a regra, é fundamental comprovar corretamente cada informação declarada”, destaca Wainstein.

Esse movimento ganha força com o uso crescente de tecnologia por parte do Fisco, que amplia a capacidade

de monitoramento e reduz o espaço para inconsistências não justificadas. Isso exige uma postura mais preventiva por parte de empresários, investidores e gestores patrimoniais.

Além do impacto financeiro, eventuais inconsistências podem resultar em autuações, multas e necessidade de regularização posterior, muitas vezes com custos elevados e desgaste jurídico. Por isso, a orientação especializada passa a ser parte essencial do processo, desde o planejamento até a formalização da venda.

Para Wainstein, o momento exige mudança de comportamento. “A venda de um imóvel não pode mais ser tratada apenas como uma transação patrimonial. Ela precisa ser vista como uma operação tributária estratégica, que demanda planejamento, documentação e precisão na execução”, afirma.

Sete perguntas e respostas sobre a jornada de trabalho na Copa do Mundo

Especialista explica como a CLT trata liberação, compensação de horas e mudanças na jornada durante a Copa, e alerta para riscos trabalhistas sem acordos formalizados. ▶▶

Dia dos Namorados deve gerar R\$ 22 bilhões no varejo

Mesmo com orçamento apertado e um terço dos consumidores com contas em atraso, tradição de presentear se mantém aquecida e impulsiona o uso de estratégias digitais de retenção no varejo. ▶▶

Inadimplência empresarial avança em abril e pressiona acesso ao crédito

O aumento da inadimplência entre empresas brasileiras em abril reforça um cenário de maior pressão financeira sobre os negócios e amplia os desafios para acesso ao crédito em 2026. Dados do SPC Brasil mostram que 71,39% das negatividades registradas no período foram de empresas reincidentes. ▶▶

A era da busca por links está acabando? Como a IA está redesenhando a internet

A internet acaba de entrar em uma de suas maiores transformações desde a criação dos mecanismos de busca. Durante décadas, a lógica era relativamente simples: o usuário digitava algumas palavras no Google, recebia uma lista de links e decidia quais páginas visitar. ▶▶

Para informações sobre o

MERCADO FINANCEIRO

faça a leitura do QR Code com seu celular



Negócios em Pauta



Plataforma mapeia a logística do Brasil

Transformar dados em inteligência estratégica para apoiar o desenvolvimento do Espírito Santo e do Brasil. Esse é o objetivo do Atlas da Infraestrutura, plataforma inédita lançada pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), que reúne 30 bases de dados e integra informações sobre portos, aeroportos, ferrovias e rodovias de todo o país. Desenvolvida pelo OBSERVATÓRIO FINDES, a ferramenta permite analisar gargalos, ativos logísticos e oportunidades de investimento em um único ambiente georreferenciado. A plataforma apresenta uma visão detalhada dos principais ativos da infraestrutura logística brasileira. Para o Brasil foram mapeados mais de 122,4 mil quilômetros de rodovias federais, 27 mil quilômetros de malha ferroviária, 427 instalações portuárias (entre portos e terminais) e 528 aeródromos (entre aeroportos públicos, concedidos, privados e heliportos). Já no Espírito Santo, foram identificadas 23 instalações portuárias em operação, além de 1,7 mil quilômetros de rodovias federais, 238,9 quilômetros de ferrovias em operação e sete aeródromos. O Atlas foi lançado durante o Encontro da Indústria 2026 e em coletiva de imprensa (findes.online/atlasinfraestrutura). ▶▶ Leia a coluna completa na página 3

News@TI

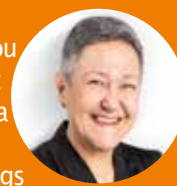


Inscrições para programa que investe R\$ 52 mil em estúdios de games

@Desenvolvedores independentes de jogos ganharam mais tempo para garantir apoio financeiro e capacitação. A Prefeitura de São Paulo estendeu até o dia 11 de junho o prazo de inscrições para a 5ª edição do Sampa Games. A iniciativa, realizada pela Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE SAMPÁ), oferece aportes de R\$ 52 mil por empreendimento selecionado, além de uma jornada de seis meses de mentorias e oficinas para estruturar e acelerar os negócios. O edital é voltado a produtoras de games digitais, jogos analógicos com integração tecnológica ou experiências imersivas em realidade aumentada e virtual (AR/VR). O incentivo financeiro pode ser aplicado de forma estratégica: desde a estruturação da empresa e ações de marketing, até a compra de equipamentos, softwares e a contratação de profissionais especializados (https://adesampa.com.br/sampagames/). ▶▶ Leia a coluna completa na página 2

A Mente do Cliente

O mundo virou um crash test e sua empresa ainda não instalou airbags



Neiva Mendes

▶▶ Leia na página 5

A Outra Sala

A geração que começou a vaia o medo fantasiado de futuro



Ana Luisa Winckler

▶▶ Leia na página 4

OPINIÃO

Ignorar agentes de IA custa a competitividade das empresas

Willian Valadão (*)

A revolução dos agentes autônomos de Inteligência Artificial (IA) está em pleno andamento e seu impacto está transformando, radicalmente, a forma como as empresas operam.

Esses novos agentes são capazes de antecipar necessidades, adaptar respostas e até tomar decisões complexas sem intervenção humana, aproximando-se cada vez mais do atendimento pessoal e empático que um ser humano é capaz de oferecer.

O estudo *IBM CEO*, que entrevistou 2.000 líderes empresariais globalmente, revelou que os executivos esperam que a taxa de crescimento dos investimentos em IA mais que dobre nos próximos dois anos, e 61% confirmam que estão adotando ativamente agentes de IA atualmente e se preparando para implementá-los em grande escala.

O potencial de transformação desses agentes autônomos vai muito além do atendimento ao cliente. Empresas de todos os setores já estão integrando essas tecnologias em suas operações, assumindo diversas funções como processamento de documentos, detecção de fraudes, análises financeiras, entre outras.

Com a capacidade de operar de forma independente e com alta eficiência, os agentes IA assumem tarefas que demandam intensa intervenção humana, liberando os colaboradores para tarefas mais estratégicas, que exigem criatividade e sensibilidade. As IAs criam com base no que já existe; a inovação é tarefa nossa. Por exemplo, a base de um storytelling, a concepção de um novo produto, além das tarefas relacionais como a gestão de pessoas, a habilidade de negociar, etc.

Após a configuração inicial, os agentes autônomos exigem manutenção mínima, o que significa custos reduzidos em comparação a equipes inteiras dedicadas a tarefas semelhantes. Essa característica os

torna uma alternativa atrativa tanto para grandes corporações quanto para pequenos negócios, que podem acessar tecnologia de ponta sem comprometer o orçamento. Além disso, a escalabilidade garante que a solução cresça junto com a empresa.

Segundo Dario Amodei, CEO da Anthropic, a IA deve alcançar, em poucos anos, um nível de desempenho superior ao humano na maior parte das atividades de alto impacto, incluindo campos como biologia e engenharia. Para ilustrar esse potencial, ele compara esses sistemas a “um país de gênios em um centro de dados”: modelos que atuam de maneira independente, colaboram entre si e processam tarefas em um ritmo dezenas de vezes mais rápido do que pessoas.

Chips como o Blackwell Ultra, e plataformas de software inovadoras, como o Nvidia Dynamo, estão abrindo caminho para um estágio mais avançado de IA autônoma, que consigam executar ações com autonomia. Essa nova geração de hardwares e softwares possibilita um processamento de dados muito mais rápido e eficiente, tornando possível a implantação de agentes capazes de lidar com interações muito complexas.

Segundo a consultoria *Research Nester*, o mercado global de agentes autônomos deve saltar para US\$ 783,27 bilhões em 2037 ante US\$ 7,84 bilhões em 2025. A projeção, que aponta um crescimento médio anual de 42,5%, mostra a velocidade com que diferentes setores da economia estão incorporando tecnologias autônomas.

Com esse futuro em vista, é necessário lembrar que, à medida que os agentes autônomos de IA se tornam parte integrante das operações empresariais, é crucial que as equipes estejam devidamente treinadas para trabalhar em conjunto com a IA para maximizar os benefícios da tecnologia; o humano é sempre indispensável.

(*) Especialista em inteligência artificial e CEO da Dynadok, startup de automação de validação de documentos por Inteligência Artificial.

Preste atenção nas teclas “F” e “J” de seu teclado

Se você prestar atenção nas teclas “F” e “J” de seu teclado, provavelmente vai notar nelas duas pequenas saliências, como mostrado na ilustração.

Vivaldo José Breternitz (*)

Essas saliências servem para que possamos digitar mais rapidamente e com menos erros e estão presentes nos teclados do chamado “padrão QWERTY”, em função dos primeiros caracteres que estão em sua linha mais alta de teclas alfabéticas.

Christopher Latham Sholes (1819–1890) foi um inventor americano conhecido como o “pai da máquina de escrever” e criador do teclado QWERTY. Sholes colocou na primeira fila do teclado todas as letras necessárias a se escrever a palavra “typewriter” (máquina de escrever), de forma a que durante demonstrações de sua máquina, esta pudesse dar a impressão de a datilografia ser rápida e sem erros.

A máquina inventada por Sholes teve sua patente vendida à Remington, fabricante de armas que procurava novos mercados e que mais tarde entrou também no ramo de computadores.

As máquinas de escrever conquistaram o mercado no final do século XIX, e o teclado de Sholes transformou-se num padrão, que foi aperfeiçoado com a criação das pequenas saliências, objetivando permitir datilografar mais rapidamente e com poucos erros - lembremo-nos que apagar algo datilografado sem deixar marcas era praticamente impossível, diferentemente do que ocorre com os editores de texto de nossos computadores e smartphones.

Observem que, se colocarmos nossos dedos indicadores sobre o “F” e o “J”, os



SDenisov_CANVA

demais dedos se apoiam sobre as teclas da direita e da esquerda, podendo os polegares acionarem a barra de espaço e sendo o “G” e o “H” facilmente alcançados pelos indicadores. O “F” e o “J” podem ser localizados sem que se olhe para o teclado; em alguns teclados essas saliências são substituídas por pontos.

Alguns teclados já estão saindo de fábrica sem essas saliências, pois na atualidade a datilografia é mais instintiva, mas no passado elas foram muito úteis, quando escrever à máquina rapidamente e sem erros era muito importante.

As pequenas saliências nas teclas F e J são um exemplo de como design inteligente e funcional pode mudar nossa experiência com a tecnologia. Eles re-

presentam décadas de evolução no design de interfaces, convertendo uma simples grade de letras em uma ferramenta ergonômica que promove velocidade, precisão e conforto.

Essas marcas discretas permitem que milhões de pessoas ao redor do mundo trabalhem com muito mais eficiência. Elas eliminam a necessidade de curvar o pescoço para olhar as teclas, reduzem a fadiga e aumentam dramaticamente a produtividade e são um lembrete de como uma solução simples e bem pensada pode fazer toda a diferença na nossa interação diária com a tecnologia.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjntz@gmail.com.

Ferramenta brasileira gratuita avalia maturidade de AI Agents e expõe baixa adesão

Empresas interessadas em avançar no uso de inteligência artificial generativa agora contam com uma nova ferramenta para medir sua prontidão. A Cogni2, startup brasileira especializada em plataformas de AI Agents para atendimento, vendas e cobrança, lançou o AI Agent Maturity Assessment, uma ferramenta gratuita que avalia o nível de maturidade técnica e operacional dessas iniciativas. Desenvolvida com base em mais de 10 projetos implementados, entre clientes e provas de conceito, e em operações que já processam mais de 1 milhão de mensagens por mês, a solução permite identificar lacunas, gerar um diagnóstico estruturado e comparar o estágio da empresa com a média do mercado, orientando a evolução para ambientes de produção em escala.

Com cerca de 100 perguntas, o questionário pode ser respondido em 30 a 45 minutos e gera um relatório detalhado de maturidade, com análise de mais de 14 critérios técnicos e recomendações práticas prioritizadas. O material é disponibilizado em PDF e conta com benchmarks dinâmicos, que são atualizados conforme novas empresas respondem à pesquisa. A ferramenta pode ser utilizada por empresas de qualquer porte, mas sua régua de comparação é voltada a operações de larga escala.

Segundo o cofundador da Cogni2, André Fossa, o objetivo é trazer clareza para empresas que acreditam já estar avançadas no tema, mas ainda enfrentam desafios estruturais: “Principalmente em grandes organizações, vemos áreas de tecnologia que afirmam já possuir AI Agents em operação. No entanto, ao



aprofundar a análise, fica evidente que faltam elementos essenciais para garantir robustez e escalabilidade. A ferramenta funciona como um raio-x da maturidade e ajuda a direcionar os próximos passos”, afirma.

O diagnóstico é estruturado em cinco pilares: engenharia cognitiva; integrações e dados, incluindo memória e uso de RAG; experiência conversacional e operação omnicanal; segurança, governança e confiabilidade; além de inteligência operacional e analytics. Ele avalia critérios como arquitetura de modelos, engenharia de prompts, integrações, execução de processos, gestão de dados e memória, monitoramento, segurança e observabilidade.

O lançamento ocorre em um contexto de descompasso entre investimento e execução. De acordo com relatório da McKinsey (State of AI 2025), mais de 70% das empresas já investem em inteligência artificial generativa, mas apenas entre

10% e 20% conseguem capturar valor relevante em produção. Já um estudo da Dynatrace, divulgado pelo ITPro em 2025, aponta que grande parte dos projetos de AI Agents ainda permanece em fase de piloto ou prova de conceito.

Para Fossa, a proposta é reduzir essa distância entre intenção e resultado: “Na prática, é como um guia de navegação para as empresas. Ele mostra onde a organização está, quais são os principais gargalos e onde faz mais sentido concentrar esforços para evoluir com eficiência”, explica.

Além de apoiar empresas na tomada de decisão, a iniciativa também permitirá à Cogni2 mapear o nível de maturidade do mercado e identificar padrões recorrentes de desafios técnicos e operacionais, contribuindo para o desenvolvimento de novas soluções. O AI Agent Maturity Assessment já está disponível gratuitamente por meio do link (<https://cogni2.com/pt/maturity-assessment>).

News@TI

Milldesk v2.0 da Setrion Software recebe certificação ITIL

A plataforma Milldesk v2.0, desenvolvida pela Setrion Software, conquistou a certificação ITIL, concedida pela PeopleCert. Com isso, o sistema passa a figurar entre as soluções alinhadas às práticas mais recentes do principal framework global de ITSM. A certificação valida que a plataforma opera com processos estruturados de gestão de serviços, alinhados ao ITIL, incluindo classificação e priorização de chamados com base em impacto e urgência, definição de SLAs e rastreabilidade completa das demandas, conforme as práticas de Incident Management e Service Level Management descritas na documentação do framework. O reconhecimento também atende a um movimento mais amplo do mercado. Empresas de médio e grande porte, especialmente em setores regulados ou com alta dependência de tecnologia, vêm ampliando a exigência por soluções que garantam previsibilidade e padronização no atendimento de TI.

Empresas & Negócios
José Hamilton Mancuso (1936/2017)
Responsável: Lilian Mancuso

Editorias
Economia/Mercado/Negócios/Tecnologia/Agronegócios/
Espaço empresarial: Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br);
Livros: Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br)
Comercial: comercial@netjen.com.br
Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Laurinda Machado Lobato (1941-2021)

Webmaster/TI: Fabio Nader; Edição Eletrônica: Ricardo Souza.
Revisão: Maria Cecília Camargo; Serviço informativo: Agências Brasil,
Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores,
que não recebem remuneração direta do jornal.

José Leonil Lobato (1939-2026)

Jornal Empresas & Negócios Ltda

Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo,
468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080
Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br)
Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90
JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003)
Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.

Colaboradores: Ana Luisa Winckler, Carol Olival, Claudia Lazzarotto, Denise Debiasi, Fabiana Monteiro,
Geraldo Nunes, Heródoto Barbeiro e Neiva Mendes

ISSN 2595-8410

Brasil alcança maior índice de desenvolvimento humano da história

O Brasil ingressou, pela primeira vez, na categoria de países com desenvolvimento humano “muito alto”

Em 2024, o país alcançou 0,805 no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em comparação a 0,744 em 2012. A escala para classificar o desenvolvimento humano varia de 0 a 1, sendo muito alto: acima de 0,800.

A informação é do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) Brasil que divulgou a pesquisa Radar IDHM.

O marcador avalia os parâmetros de saúde e longevidade, educação e geração de renda, de acordo com a cor (negro e branco) e o



Políticas públicas como o Bolsa Família impulsionaram resultado.

sexo (mulher e homem). A publicação considera os últimos 13 anos – de 2012 a 2024. Quando o programa das Nações Unidas começou a calcular esse índice, há 30

anos, o Brasil era um país de IDHM baixo, ou seja, menor que 0,555.

O parâmetro que mais impulsionou o IDHM neste

período foi a educação, ao passar de 0,679 em 2012 para 0,798 em 2024.

A coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano do Pnud Brasil, Betina Barbosa, destacou, nesse contexto, a concessão do Bolsa Família.

“É o programa Bolsa Família que retira quantidade enorme de crianças do trabalho e dá a elas a condição da escola e a obrigatoriedade, também, de estar na escola. Então, aqui vejo diretamente o efeito de uma política pública brasileira” (ABr)

A nova reforma do Código Civil para empresas e por que esperar pode custar caro

Kecy Ceccato (*)

O ambiente empresarial brasileiro está sendo redesenhado ao mesmo tempo em três frentes: Reforma Tributária, alterações na tributação sobre a Renda e Projeto de lei que sugere significativas alterações no Código Civil. Em 2026, ignorar esse movimento impõe riscos jurídicos e financeiros capazes de abalar qualquer empresa, independente do seu porte.

O custo da indiferença não é abstrato. Ele aparece em litígios, passivos ocultos e oportunidades perdidas e nenhum empresário que opera no Brasil em 2026 pode se dar ao luxo de olhar apenas para o próprio setor e ignorar esse contexto legislativo sem pensar nas consequências reais como disputas societárias.

O Brasil está prestes a alterar as regras das sociedades empresariais pela primeira vez em mais de duas décadas. O PL 4/2025, em tramitação no Senado, deve ser votado em julho de 2026 e impacta diretamente a forma como sócios, investidores e administradores se relacionam.

Ainda assim, a maioria dos empresários segue esperando a lei entrar em vigor para agir. Esse, hoje, é o erro que pode custar mais caro. Quando o assunto é estrutura societária, reagir depois custa mais do que se antecipar.

Alguns pontos que estabelecem essas relações valem uma breve reflexão.

O acordo de sócios ganha reconhecimento expresso no Código Civil. Hoje, quando um acordo de sócios é levado ao Judiciário, cada juiz interpreta de um jeito. Há tribunais que respeitam plenamente o que foi pactuado e há outros que o relativizam com facilidade. O PL consolida a validade desses instrumentos e reduz esse espaço de incerteza. Na prática, seu acordo de sócios vai ter força legal ampliada, mas há um ponto crítico: acordos mal redigidos deixam de ser apenas frágeis, passam a ser perigosos.

Outro avanço relevante é a consolidação das quotas preferenciais nas sociedades limitadas. Na prática, pela primeira vez, o empresário poderá atrair investimento com preferência econômica sem abrir mão do controle da empresa, e sem precisar se transformar em uma S/A para isso. Hoje elas existem com base em uma instrução normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) sem previsão expressa no Código Civil. As quotas preferenciais são particularmente úteis em operações de ingresso de investidores que buscam retorno financeiro privilegiado sem interesse na gestão, em planejamentos sucessórios em que se pretende transferir patrimônio sem transferir o controle, e em estruturas societárias que demandam diferentes classes de sócios com direitos e deveres distintos. Com o PL, isso finalmente tem base legal robusta.

A possibilidade de uma pessoa jurídica exercer a administração também ganha espaço, o que facilita estruturas com holdings e grupos empresariais, mas aumenta a complexidade na atribuição de responsabilidades. Sem governança bem documentada, o risco cresce, porque a nova lei vai ampliar e não

reduzir a exigência dessas liberações.

Assembleias digitais deixam de ser improvisado e passam a ter respaldo legal. O que já era prática se torna regra, especialmente para empresas com sócios em diferentes localidades ou investidores estrangeiros. Assim, reunião presencial passa a ser uma opção e não uma exigência.

Já a dissolução de empresas consensuais tende a se tornar mais simples, corrigindo uma distorção histórica, a de que sempre é mais difícil fechar uma empresa do que abri-la. O PL simplifica o encerramento quando todos os sócios estão de acordo, o que é justo, uma vez que o Estado não precisa criar obstáculos onde não há conflito.

Além disso, o projeto reforça a autonomia patrimonial, reduzindo o risco de desconsiderações abusivas da personalidade jurídica, e reconhece bens digitais como ativos societários, algo cada vez mais relevante em operações de M&A, sucessão e valuation.

Os acordos entre herdeiros sobre participações societárias passam a ser um projeto que permite aos beneficiários formalizarem tratos sobre a disposição de quotas sem que esses instrumentos sejam considerados nulos por versarem sobre herança de pessoa viva — o que hoje inviabiliza o planejamento sucessório mais sofisticado em empresas familiares.

A reforma no campo empresarial é necessária, mas seria desonesto não dizer que o texto tem partes preocupantes. Juristas ouvidos pelo próprio Senado afirmaram que algumas modificações contratuais do PL levariam a mais judicialização de contratos, declarando que “a legislação não deve ser expediente de insegurança jurídica para o cidadão, para as empresas, nem para os investidores”.

O risco está na expansão de conceitos como “função social”, “boa-fé objetiva” e “paridade entre as partes” como justificativa para intervenção judicial.

São princípios legítimos. Mas, quando aplicados sem critérios objetivos, abrem espaço para que o Judiciário reinterprete aquilo que foi livremente pactuado entre sócios e investidores.

Em um ambiente que já convive com alta litigiosidade, isso não é um detalhe técnico, é um fator de risco real.

A versão final do texto ainda pode mudar. O projeto deve passar por ajustes e emendas antes da votação, mas esperar a redação definitiva para agir é um erro estratégico.

Independentemente das alterações, alguns pilares não mudam: clareza contratual, governança estruturada e previsibilidade nas relações societárias continuarão sendo determinantes. Empresas com mais de um sócio, negócios em expansão, estruturas familiares ou com investidores externos estão, especialmente, expostos.

Em 2026, a diferença entre quem se protege e quem litiga não estará na lei, estará na preparação.

(*) Sócia do ATRA Advogados e especialista em direito empresarial e negocial e professora de direito societário na Board Academy.

Varejo brasileiro cresce 1,2% nos primeiros três meses de 2026

Sete dos dez setores analisados cresceram acima da média nacional no 1º trimestre; Restaurantes é o setor de melhor desempenho. O primeiro trimestre de 2026 registrou crescimento no varejo brasileiro. De acordo com o Mastercard SpendingPulse, que mede as vendas do varejo em loja física e online representando todos os tipos de pagamento, o setor registrou crescimento médio de 1,2% no 1º trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2025.

Ao todo, dez setores da economia foram analisados, sete deles com desempenho acima da média nacional. “O resultado do 1º trimestre reforça a resiliência do consumidor brasileiro, com destaque para o setor de Restaurantes, que apresentou forte dinamismo. A região Centro-Oeste segue como destaque positivo, enquanto observamos oportunidades de crescimento em setores como móveis e decoração, por exemplo.” diz Gustavo Arruda, Economista-Chefe para a América Latina do Mastercard Economics Institute (MEI).

Setores que mais cresceram

No desempenho por setores, alguns passaram de 6% e até atingiram o patamar de dois dígitos. Os principais destaques positivos foram Restaurantes (10,1%), Farmácias (9,6%), Hospedagem (6,5%). Em contrapartida, outros apresentaram desempenho mais contido, como Supermercados (-1,5%) e Móveis e decoração (-4,4%), por exemplo.

Desempenho por região

No recorte regional, 11 das 27 unidades federativas superaram o crescimento médio do país, indicando um ritmo de consumo heterogêneo entre as diferentes regiões.

Todas as regiões tiveram resultados positivos. O Centro-Oeste liderou o crescimento com 2,5%, enquanto o Sudeste registrou o menor avanço (0,1%). Os dois estados com melhor desempenho foram Pernambuco (5,4%) e Paraná (4,1%), com o Distrito Federal em seguida, avançando 4% (Fonte: Mastercard SpendingPulse).

INSS pagará salário-maternidade em até 30 dias

A Previdência Social pagará o benefício do salário-maternidade em até 30 dias. Esse é o prazo para que o pedido seja analisado e concedido. Caso haja atraso, o repasse será automático.

De acordo com a Lei nº 15.415/2026, publicada no Diário Oficial da União, a concessão imediata e provisória ocorrerá mesmo antes da análise definitiva dos requisitos legais.

Após essa análise, o benefício poderá se tornar definitivo, caso o direito seja comprovado, ou interrompido imediatamente, se for verificado que a solicitante não preenche os critérios exigidos.

A medida busca dar mais celeridade ao atendimento de seguradas, especialmente em situações em que o auxílio é essencial para a manutenção da renda durante o período de afastamento.

Outro ponto previsto é a proteção das beneficiárias que receberem valores durante o período de concessão provisória. De acordo com a lei, esses recursos não precisarão ser devolvidos, exceto em casos de má-fé comprovada (ABr).



A – Dia Livre de Impostos

Na quinta-feira (28), o Shopping Eusébio participa do Dia Livre de Impostos (DLI), um movimento de conscientização nacional promovido pela CDL Jovem. A ação visa chamar a atenção da sociedade para a alta carga tributária aplicada sobre o setor produtivo no Brasil, permitindo que os consumidores adquiram produtos e serviços sem o peso dos tributos embutidos no preço final.

B – 1º lugar em ranking nacional de publicidade

Na última semana, a Buq Care alcançou um importante reconhecimento no cenário digital ao conquistar o 1º lugar no ranking das publicidades com maior engajamento no Brasil, além de garantir mais duas posições entre as TOP 10 nacionais. O levantamento foi divulgado pela Zeeng, plataforma especializada em análise de dados, performance e monitoramento de marcas nas redes sociais. Além da liderança no ranking, a marca também apareceu na 7ª e 9ª colocação, consolidando sua força de comunicação e a conexão construída com o público por meio de conteúdos autênticos, estratégicos e alinhados às tendências do ambiente digital.

C – Suzano, OIT e Pacto Global selam parceria

A Suzano, maior produtora mundial de celulose e referência global na fabricação de bioprodutos desenvolvidos a partir do eucalipto, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Pacto Global da ONU – Rede Brasil celebraram na última semana uma parceria estratégica para impulsionar a agenda de proteção aos direitos humanos no setor florestal. A assinatura da parceria foi realizada durante reunião institucional no Escritório da OIT no Brasil, em Brasília (www.ilo.org/brasil) (www.pactoglobal.org.br).

D – Atividade da indústria da construção melhora

A indústria da construção manteve a trajetória de recuperação em abril. O índice que mede a evolução do nível de atividade do setor subiu pelo

terceiro mês consecutivo, saltando de 46,3 pontos para 47 pontos. Vale destacar que, em janeiro, o indicador chegou a marcar 43,1 pontos. Os dados são da Sondagem Indústria da Construção, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

E – Núcleo e Líber unem forças

A Núcleo, referência em infraestrutura tecnológica e inteligência de dados, e a Líber Capital, referência em soluções de crédito para cadeias produtivas, anunciam parceria estratégica com foco na ampliação do alcance da duplicata escritural no mercado brasileiro. As companhias buscam facilitar o acesso de mais empresas às possibilidades geradas pela nova modalidade prevista para entrar em vigor em 2026, e que recentemente finalizaram os testes homologatórios (www.nucleo.com.br).

F – 2,5 milhões de cupons online em um ano

Dados da extensão de navegador Parcerias Online, desenvolvida pela Proxy Media, indicam que os usuários economizaram com mais de 2,5 milhões de cupons distribuídos em compras online entre abril de 2025 e abril de 2026. No período, os usuários ativos aplicaram cupons, em média, de duas a quatro compras por mês, com maior concentração em momentos de decisão e em períodos de maior intenção de consumo, como datas promocionais (https://proxymedia.com.br/).

G – Plataforma reúne imóveis em leilão de todo Brasil

O Leilão de Imóveis é um agregador digital gratuito que reúne mais de 30 mil imóveis e organiza todas as informações em um único ambiente, permitindo pesquisar, filtrar e comparar as opções de forma mais rápida e estruturada. Desenvolvido pela Zuk, empresa referência em leilões de imóveis no Brasil e pela Arremates, plataforma de ensino voltada ao segmento leiloeiro, a nova ferramenta amplia a visibilidade sobre preços, descontos e condições dos ativos (https://www.leilaoeimoveis.com.br/).



A Outra Sala

Ana Luísa Winckler

A geração que começou a vaiar o medo fantasiado de futuro

Durante décadas, discursos de formatura eram quase um ritual de passagem.

Você estudava.
Se esforçava.
Sobrevivia ao TCC, ao café requentado e ao colega que “só entrou no grupo pra aprender”.

E então vinha o grande final: um palco, uma beca, um magnata sorrindo, e a promessa de um futuro cheio de possibilidades.

Agora, em algumas universidades americanas, executivos estão sendo vaiados quando começam a falar sobre IA.

E talvez isso diga menos sobre tecnologia... e mais sobre exaustão psicológica coletiva.

Porque existe algo muito curioso acontecendo com essa geração: ela nasceu ouvindo que precisava se preparar para o futuro... mas entrou na vida adulta sendo informada de que o futuro talvez não queira mais ela.

Existe um detalhe antropológico importante aqui.

Sociedades sempre usaram narrativas de futuro para organizar comportamento coletivo.

Religiões fizeram isso.
Impérios fizeram isso.
Mercados fazem isso.

Quem controla a narrativa do amanhã frequentemente influencia as decisões do presente.

E talvez estejamos vivendo uma versão corporativa disso: um futurismo baseado em insegurança contínua.

Não é: “vamos construir possibilidades.”

É: “adapte-se rápido ou desapareça.”

Percebe a diferença?

Quando o futuro é apresentado como ameaça permanente:

- ansiedade vira estado basal;
- hiperadaptação vira virtude;
- exaustão ganha apelido de alta performance;
- e medo começa a ser confundido com preparação estratégica.

Psicologicamente, isso produz um efeito perverso em jovens profissionais: a autoconfiança deixa de nascer da experiência... e passa a depender da validação constante do sistema.

Porque se tudo pode acabar a qualquer momento, você nunca sente que sabe o suficiente, que é bom o suficiente, que está atualizado o suficiente.

Você vira um profissional eternamente “em débito” com o amanhã.

E pessoas em débito psicológico são mais fáceis de conduzir.

A antropologia do poder já discutia algo parecido há muito tempo: grupos inseguros tendem a buscar estruturas externas de proteção, autoridade e pertencimento.

Traduzindo para o corporativês contemporâneo: quanto mais assustado você está sobre o futuro, mais você aceita qualquer promessa de relevância.

Mesmo que ela custe sua saúde mental.

Talvez por isso exista algo tão simbólico nas vaias dessas formaturas.

Elas parecem dizer: “não vendam pânico como se fosse inspiração.”

Porque uma coisa é falar sobre transformação tecnológica. Outra é criar uma atmosfera emocional onde jovens de 22 anos sentem que já estão obsoletos antes do primeiro crachá.

E aqui mora uma ironia quase cinematográfica: o mesmo mercado que fala obsessivamente sobre inovação, criatividade e pensamento crítico... muitas vezes produz pessoas psicologicamente cansadas demais para criar qualquer coisa realmente nova.

Afinal, cérebros em estado de ameaça contínua tendem a sobreviver. Não a imaginar.

Talvez essa geração esteja começando a perceber algo profundamente desconfortável: o medo excessivo do futuro pode se tornar uma tecnologia de controle social extremamente eficiente.

Porque quando você acredita que o mundo muda rápido demais para confiar em si mesmo, você terceiriza direção.

Para empresas.
Para algoritmos.
Para gurus.
Para tendências.
Para qualquer estrutura que pareça dizer: “fica tranquilo, nós sabemos o caminho.”

E talvez a pergunta mais importante não seja: “a IA vai substituir empregos?”

Talvez seja: “o que acontece com uma geração inteira que aprende desde cedo a duvidar da própria capacidade de construir futuro?”.



Imagem desenvolvida com apoio de Inteligência Artificial generativa, direção criativa autoral e composição conceitual voltada à crítica de comportamento, cultura digital e comunicação contemporânea.

(*) - Psicóloga por formação e inconformada por vocação. Há mais de 25 anos atua na transformação de culturas organizacionais, desenvolvimento de lideranças e reinvenção de modelos que aproximem empresas das pessoas — e não o contrário. Já esteve à frente de áreas estratégicas de RH em grandes corporações nacionais e multinacionais, do chão de fábrica ao boardroom, do Norte ao Sul do Brasil.

Planejamento financeiro se torna prioridade para pequenas empresas

Atualmente, cerca de 100 empresas por mês ingressam com pedidos de recuperação judicial no Brasil; especialistas analisam o quadro e destacam principais erros

Em um ambiente econômico marcado por juros elevados, crédito mais caro e aumento da pressão sobre o caixa das empresas, o planejamento financeiro deixou de ser apenas uma ferramenta de organização para se tornar um fator decisivo de sobrevivência, especialmente para pequenas e médias empresas. Embora muitas PMEs apresentem crescimento de faturamento, isso nem sempre significa melhora financeira. Na prática, diversos negócios continuam enfrentando dificuldades de caixa, aumento do endividamento e até risco de insolvência mesmo em períodos de expansão comercial.

Para Gustavo Luiz da Silva, Head de FP&A da Trio e especialista em planejamento financeiro corporativo, um dos principais erros dos empresários é acreditar que vender mais, por si só, resolve os problemas financeiros da empresa. “Existe um ditado clássico em finanças corporativas: faturamento é vaidade, lucro é sanidade, mas caixa é realidade. Muitas empresas crescem sem processos maduros e acabam ampliando custos e despesas de forma desordenada. Cria-se a falsa ilusão de que vender mais resolve tudo”, explica.

Segundo ele, o crescimento acelerado sem controle financeiro adequado pode se tornar um risco para a própria operação. “O crescimento consome caixa. Se a empresa não conhece sua Necessidade de Capital de Giro, ela pode literalmente quebrar crescendo. Em setores como varejo digital e fintechs, por exemplo, o descasamento entre pagar fornecedores e receber dos clientes é um dos principais vilões”, afirma.



O erro mais comum das pequenas empresas

Na avaliação do especialista, um dos equívocos mais recorrentes na gestão financeira das PMEs é administrar o negócio apenas olhando o saldo bancário do momento, sem analisar profundamente a rentabilidade da operação. “Muitos empresários precificam seus produtos olhando apenas a concorrência e ignoram a margem de contribuição real. Sem entender detalhadamente custos e despesas variáveis, aumentar as vendas pode significar aumentar o prejuízo operacional”, alerta Silva. Outro problema frequente é a confusão entre caixa disponível e resultado econômico real da empresa. “O empresário olha o dinheiro na conta e acredita que a operação está saudável, mas muitas vezes não existe clareza sobre a rentabilidade efetiva do negócio”, complementa.

Para Gustavo Luiz da Silva, planejamento financeiro eficiente não pode ser tratado como um documento estático criado apenas no início do ano. “Um planejamento inteligente precisa ser dinâmico, preditivo e baseado em cenários. A empresa deve trabalhar com pelo menos três visões: cenário realista, otimista e pessimista”, explica. Segundo o especialista, o grande diferencial está em

transformar metas financeiras em metas operacionais claras para todas as áreas da empresa. “Se a meta é aumentar lucro em 10%, o que isso significa para o comercial? Qual é o limite de gastos do marketing? O planejamento financeiro inteligente conecta estratégia com a realidade do caixa diário”, afirma.

Reserva de emergência também vale para empresas

Outro ponto destacado pelo especialista é a importância de criação de reservas financeiras corporativas, algo ainda pouco comum entre as pequenas empresas brasileiras. “O ideal é que a empresa mantenha uma reserva equivalente de três a seis meses dos seus custos fixos operacionais. Esse fundo deve ser tratado como prioridade antes mesmo de distribuição de lucros ou expansão”, orienta Silva.

A profissionalização da gestão financeira também passa pela tecnologia. Sistemas integrados de gestão e automação financeira vêm permitindo que pequenas empresas tenham acesso a controles antes restritos a grandes corporações. “A tecnologia centraliza informações, reduz erros manuais e automatiza processos operacionais. Com

dados mais confiáveis e atualizados em tempo real, a gestão financeira deixa de ser apenas operacional e passa a apoiar decisões estratégicas”, explica.

Recuperações judiciais acendem alerta nas empresas

O tema ganha ainda mais relevância em um momento em que o número de empresas em dificuldade financeira cresce no Brasil. Atualmente, cerca de 100 empresas por mês ingressam com pedidos de recuperação judicial no país, refletindo um ambiente de maior pressão econômica, crédito restrito e fragilidade de caixa. Para o advogado Alberto Goldentein, especialista em Direito Empresarial e sócio-fundador do GMP G&C Advogados Associados, empresas com baixa governança financeira estão entre as mais vulneráveis. “Na prática, muitas crises surgem não apenas pela queda de faturamento, mas pela combinação entre faturamento instável, custo financeiro elevado e ausência de planejamento de caixa. Empresas que crescem rapidamente, mas sem governança, controles internos e estrutura financeira compatível, também podem se tornar mais frágeis”, ressalta.

De acordo com Goldentein, compliance financeiro, controle de caixa e planejamento estruturado são hoje ferramentas fundamentais na prevenção de crises empresariais. “Empresas organizadas conseguem identificar sinais de deterioração antes que a situação se torne irreversível. O planejamento financeiro deixou de ser apenas uma questão administrativa, ele se tornou uma ferramenta de sobrevivência empresarial”, completa.

Hotelier News e Arbache Consulting lançam ‘Hub Hotel ESG Business’

Plataforma visa integrar soluções com hotéis para aprimoramento de redução de custos e aumento de receita.

Com o principal objetivo de criar uma Comunidade que reúna talentos, empresas e instituições públicas e privadas para impulsionar a agenda ESG na hotelaria, fortalecendo a governança e a credibilidade dos negócios do setor nacional e internacionalmente, será lançado dia 28 de maio, em São Paulo, o Hub ESG Hotel Business, nova plataforma de conexões, conteúdo e negócios para líderes do segmento hoteleiro, reunindo os principais executivos e empresários do setor.

A iniciativa tem a assinatura do Hotelier News e da consultoria Arbache Consulting e é voltada a fortalecer as práticas de sustentabilidade, governança e impacto social na hotelaria brasileira.

De acordo com Peter Kutuchian, CEO do Hotelier News, trata-se de um Hub de comunicação que conecta a hotelaria e seus stakeholders

a conteúdos confiáveis e melhores práticas de ESG. Com curadoria especializada, credibilidade e conteúdos de alto valor para o setor, se constituindo em um ponto de encontro e visibilidade do ESG na hotelaria. Com a iniciativa serão gerados visibilidade, conhecimento e conexões, trazendo oportunidades reais de negócios, vendas e parcerias. Além disso, tornando-se um repositório estratégico de conteúdos e pesquisas sobre ESG na hotelaria, conectando empresas, academia, associações e o setor público a informações relevantes.

Para Ana Paula Arbache, fundadora da Arbache Consulting, e reconhecida por sua atuação em sustentabilidade no mercado de hotelaria e turismo, o evento é um marco na comunicação ESG para a hotelaria. O Hub irá apresentar a nova plataforma inovadora e confiável dedicada a esta área de negócios, unindo a força da Hotelier News e a precisão técnica e reputação da Arbache Consulting em ESG na hospitalidade. “É uma plataforma que conecta talentos e

cria uma comunidade que valoriza ESG como estratégia nos negócios, divulgando conhecimento, cases, pesquisas e negócios, impulsionando credibilidade, confiança, maturidade, resultados e competitividade para o setor”, explica Arbache.

“Seguindo a missão do Hotelier News em apoiar a hotelaria na melhoria contínua de performance e resultados, entendemos que o ESG é um tema fundamental no momento que o mundo vive. Mais do que uma tendência, trata-se de uma oportunidade concreta de reduzir desperdícios, otimizar recursos e gerar mais eficiência para os negócios”, complementa Peter Kutuchian, CEO do Hotelier News.

Segundo ele, o Hub ESG Hotel Business vai trazer cases, soluções e conexões que ajudem os hotéis a melhorar sua performance em áreas estratégicas, como alimentos e bebidas, eficiência energética, consumo de água, gestão de resíduos e outras iniciativas ligadas ao ESG, sempre com foco em resultados práticos e sustentáveis para o setor.

Refinaria Nacional de Sal S.A.
 CNPJ/MF nº 60.560.349/0001-00 - NIRE nº 353.00024249

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 27 de Abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 27 dias do mês de abril de 2026, às 10 horas, na sede social da Refinaria Nacional S.A. ("Companhia"), na Av. Paulista, 352, 12º andar, sala 124, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação:** A Assembleia foi convocada conforme edital publicado no jornal Empresas & Negócios na via impressa e digital nos dias 19, 20 e 21 de março de 2026, em cumprimento ao disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976 ("LSA"). O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas foram publicadas em 16 de abril de 2026 no jornal Empresas & Negócios na via impressa e digital, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da LSA, tendo os acionistas sido avisados de que os referidos documentos se encontravam à disposição através de publicações inseridas no mesmo jornal nos dias 19, 20 e 21 de março de 2026.

3. Presença: Instalou-se a presente Assembleia Geral Ordinária em primeira convocação, reunindo-se os acionistas titulares 28.088.115.276 ações ordinárias, todas de emissão da Companhia, representando, portanto, 83,79% do seu capital social.

4. Mesa: Presidente: Sr. Guilherme Azevedo Soares Giorgi; Secretária: Sra. Ariane Barão Gonçalves.

5. Ordem do Dia: Deliberar, discutir e votar sobre: **(1)** a tomada das contas da administração, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e os demais documentos da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(2)** a destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(3)** eleição da diretoria da Companhia para o triênio 2026/2029; e **(4)** a fixação da remuneração da diretoria da Companhia durante o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026.

6. Deliberações: Verificado o quórum legal de instalação nos termos do artigo 125 da LSA e cumpridas todas demais formalidades previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, a presente Assembleia Geral Ordinária foi regularmente instalada, tendo sido autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da LSA, devendo as declarações de votos, protestos e dissidências, porventura apresentadas, serem numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e arquivadas na sede da Companhia. Após exame, discussão e votação, as matérias da Ordem do Dia foram aprovadas na sua íntegra pelos acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou comentários, nos seguintes termos: **(1) Aprovar**, sem quaisquer ressalvas, o relatório e contas da administração, as demonstrações financeiras e demais documentos da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **(2) Aprovar** a destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que apurou lucro no montante de R\$ 21.418.255,10 (vinte e um milhões, quatrocentos e dezoto mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos), para a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores nos termos do artigo 189 da LSA, não havendo, portanto, lucros a serem distribuídos como dividendos. **(3) Aprovar** a eleição dos seguintes diretores da Companhia, com mandato até a posse dos diretores que vierem a ser eleitos em 2029: (i) O Sr. **Guilherme Azevedo Soares Giorgi**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 1.903.877-X-SSP/SP e do CPF sob o nº 004.905.128-87, residente e domiciliado na rua dos Goivões, 190, cidade e Estado de São Paulo, CEP 05675-080, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) O Sr. **Rogério Giorgi Pagliari**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 4.593.629-SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 091.320.908-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Renzo Pagliari, nº 167, Cidade Jardim, CEP 05675-120, para o cargo de Diretor Superintendente. (iii) O Sr. **Guilherme Barreto Giorgi**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG nº 8.077.523-8-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 129.026.218-76, residente e domiciliado na rua Tomé de Souza, 478, cidade de Embiú, Estado de São Paulo, CEP 06844-010, para o cargo de Diretor Secretário; e (iv) O Sr. **Luiz César de Souza Caetano Alves**, brasileiro, casado sob o regime parcial de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 816.933-1PF/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 260.679.867-87, residente e domiciliado na Avenida Marechal Câmara, 160, Sala 618, Centro, na cidade de Niterói do estado do Rio de Janeiro, CEP 20020-907, para o cargo de Diretor sem designação específica. **(3.1)** Os diretores aceitaram os cargos para os quais foram eleitos, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer os cargos de administração da Companhia, nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, os diretores ora eleitos tomam posse em seus cargos, mediante a assinatura dos termos de posse no "Livro de Atas de Reunião de Diretoria". **(4) Aprovar** a fixação da remuneração global anual máxima dos membros da diretoria para o exercício social de 2026, no valor de até R\$950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), a partir do corrente mês. **(5)** Por fim, autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou esta Ata em formato de sumário que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Guilherme Azevedo Soares Giorgi, como Presidente, e Ariane Barão Gonçalves, como secretária. **Acionistas:** **Begônias Participações Ltda.**, p/Guilherme Azevedo Soares Giorgi e Guilherme Barreto Giorgi; **União Industrial Mercantil Brasileira S.A.**, p.p./Ariane Barão Gonçalves; **Limantos Participações S.A.**, p.p./Ariane Barão Gonçalves; e **Cotonifício Guilherme Giorgi S.A.**, p.p./Ariane Barão Gonçalves. A ata encontra-se em seu original, lavrada em livro próprio, Cidade de São Paulo (SP), 27 de abril de 2026. Mesa: **Guilherme Azevedo Soares Giorgi** - Presidente; **Ariane Barão Gonçalves** - Secretária. **Begônias Participações Ltda.**; **União Industrial e Mercantil Brasileira S.A.**; **Limantos Participações S.A.**; **Cotonifício Guilherme Giorgi S.A.** JUCESP nº 185.361/26-2 em 05/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

RIO ALTO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
 CNPJ/MF nº 38.199.406/0001-18 - NIRE 35.300.558.502

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, EM DUAS SÉRIES, SENDO A PRIMEIRA SÉRIE COMPOSTA POR DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, E A SEGUNDA SÉRIE COMPOSTA POR DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA RIO ALTO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da Primeira Emissão de Debêntures, Em Duas Séries, Sendo A Primeira Série Composta Por Debêntures Conversíveis Em Ações, a Segunda Série Composta Por Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos, da **RIO ALTO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, (i) da distribuição da Tutela Cautelar Antecedente nº 4034764-27.2026.8.26.0100, que tramita perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("Medida Cautelar 2026" e "Vara Empresarial", respectivamente), deferida em 09 de março de 2026 para, dentre outros pedidos, deferir a suspensão, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, de todas as ações, execuções e medidas constritivas promovidas em face das requerentes, relativamente a créditos sujeitos (i) **"Decisão Cautelar 2026"**; e (ii) a apresentação de novo Plano de Recuperação Extrajudicial em 14 de maio de 2026 ("PRE 2026"); vem **CONVOCAR** os Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série a se reunirem em **PRIMEIRA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em 18 de junho de 2026, às 10h, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e Fidejutores ("**Escritura de Debêntures**"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): (i) Deliberar sobre a eventual adesão pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas da Emissão, aos termos do PRE 2026 da Emissora, submetidos ao juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para homologação, e seus posteriores e eventuais aditamentos, para recebimento do crédito decorrente da Escritura de Emissão na forma ali prevista, e, conseqüentemente, a autorização para que o Agente Fiduciário e o Escritório de Advocacia Sergio Bermudes contratado pelo Agente Fiduciário para representação da comunhão dos Debenturistas ("**Assessor Legal**"), pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações referentes ao PRE 2026 da Emissora, observadas as suas condições precedentes; (ii) Deliberar sobre a eventual renúncia condicionada de determinadas garantias da Emissão e de outros possíveis direitos dos Debenturistas, caso necessário, na forma do PRE 2026, para viabilizar a adesão dos Debenturistas ao PRE 2026, sendo certo que tal renúncia só produzirá efeitos mediante verificação das demais condições precedentes constantes do PRE 2026, se e conforme aprovado nesta AGD; (iii) Deliberar sobre a celebração de eventual aditamento à Escritura de Emissão e demais documentos e contratos vinculados à Escritura de Emissão, a fim de nesses refletir as condições de pagamento e demais obrigações atinentes às Debêntures reputadas nos termos do PRE 2026, e/ou de quaisquer outros contratos definitivos que sejam necessários, incluindo, sem limitação, o contrato de compra e venda das Debêntures, contratos de conta escrow, contratos de garantia, aditamentos a instrumentos de dívida e/ou de garantias, conforme necessário para fins de formalização do negócio jurídico objeto do PRE 2026; e (iv) Deliberar sobre a prática de atos de cunho estratégico para recuperação do crédito pelo Assessor Legal e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, para proteção dos interesses dos Debenturistas no PRE 2026 ou qualquer processo relacionado, inclusive recursos. Em caso de aprovação da matéria da Ordem do Dia acima, a Emissora e o Agente Fiduciário estarão automaticamente autorizados a praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. **Informações Gerais:** 1. Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da Plataforma Digital deverão, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD, enviar os documentos comprobatórios da sua representação para o Agente Fiduciário através dos e-mails claims@vortex.com.br e agentefiduciario@vortex.com.br, identificando no título a operação (AGD | RIO ALTO), manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("**Cadastro**"). 2. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador; Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, cartilhas de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou cartilhas funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular; e (ii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. 3. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. 4. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos Debenturistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. 5. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. 6. Válida a sua condição e a regularidade dos documentos após o Cadastro, o Debenturista poderá receber, até 01 (um) Dia Útil antes da AGD, as instruções para acesso à Plataforma Digital. 7. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso em até 01 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário, através do e-mail claims@vortex.com.br. 8. Será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e do acesso a videoconferência. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora. 9. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br) na rede mundial de computadores e foi publicado observando-se as condições previstas no artigo 9.3. e 9.5. da Escritura de Emissão. 10. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 26 de maio de 2026.

BANCO BMG SOLUÇÕES FINANCEIRAS S.A.
 CNPJ/MF 62.421.979/0001-29 NIRE 35.300.036.646

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

Data, Hora, Local: 30.04.2026, às 11h30, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Sala 102, Parte, Bloco 2, 10º andar, Condomínio Edifício São Luiz, São Paulo/SP. **Presença:** Único acionista. **Liberação:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social em 31.12.2025, foram publicados no jornal "Empresas e Negócios", em 06.03.2026. **Mesa:** Flávio Pentagna Guimarães Neto - Presidente, Carlos André Hermesindo da Silva - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** 1. As contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025. 2. A Companhia apurou lucro líquido no exercício social encerrado em 31.12.2025, no valor de R\$ 116.076.313,13, o qual terá a seguinte destinação: (i) o montante de R\$ 5.803.815,66, correspondente a 5% do lucro líquido, será destinado à conta da reserva legal da Companhia, em atendimento ao previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; (ii) o montante de R\$ 27.568.124,37, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação descrita no item (i) acima, será distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e no artigo 19 do Estatuto Social; e (iii) o montante remanescente de R\$ 82.704.373,11 será destinado a reserva de lucros a realizar. 3. A renúncia dos membros da administração ao recebimento de remuneração no exercício social de 2026. **Encerramento:** Nada mais. **Acionista Presente:** Banco BMG S.A. (por Flávio Pentagna Guimarães Neto e Carlos André Hermesindo da Silva). JUCESP nº 216.212/26-1 em 18.05.2026, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A.
 CNPJ nº 07.021.544/0001-89 - N.I.R.E.: 35.300.328.931

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2026

AOS 02/03/2026, às 10:00 horas, na sede social, com a presença da totalidade. **MESA:** Sr. Leandro Ezequiel Garcia Okita, Presidente da Mesa; e Sr. Frank Bozic Junior, Secretário. **DELIBERAÇÕES UNÂNIRES:** (a) consignou a renúncia do Sr. Edson Morikazu Tuguchi, R.G. nº 25.503.794-6 SSP/SP e C.P.F. nº 148.700.858-95, ao cargo de Diretor Presidente da Sociedade, nos termos de carta de renúncia encaminhada à Sociedade em 09 de janeiro de 2026 (anexo); (b) aprovou a eleição do Sr. Leandro Ezequiel Garcia Okita, R.N.E. nº G142.730-G CDP/DIREX/DPF e C.P.F. nº 237.985.938-84, para o cargo de Diretor Presidente Executivo da Companhia, com mandato a se iniciar em 01 de abril de 2026 e se encerrar em 31 de março de 2027, que estender-se-á até a posse de seu sucessor; (c) aprovou a eleição do Sr. Frank Bozic Junior, R.G. nº 18.466.366-0 SSP/SP e C.P.F. nº 156.100.328-06, para o cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia, com mandato a se iniciar em 01 de abril de 2026 e se encerrar em 31 de março de 2027, que estender-se-á até a posse de seu sucessor; (d) aprovou a reeleição do Sr. Fabiano Rodrigo Mariscal Rossetto, R.G. nº 25.038.005 SSP/SP e C.P.F. nº 260.095.118-01, para o cargo de Diretor Estatutário da Companhia, com mandato a se iniciar em 01 de abril de 2026 e se encerrar em 31 de março de 2027, que estender-se-á até a posse de seu sucessor; (e) consignou que a Diretoria Executiva da Companhia fica assim composta: Diretor Presidente: Sr. Leandro Ezequiel Garcia Okita; Diretor Vice-Presidente: Sr. Frank Bozic Junior; e Diretor: Sr. Fabiano Rodrigo Mariscal Rossetto; (f) ratificou a indicação do Sr. Leandro Ezequiel Garcia Okita, Diretor Presidente da Companhia, como responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (alterada pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012); responsável pelo cumprimento da Circular SUSEP nº 612, de 18 de agosto de 2020 e das demais regulamentações complementares aplicáveis; responsável pelos controles internos da Companhia, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021; e responsável pelas relações com a SUSEP, nos termos do artigo 54, §1º, da Circular SUSEP nº 700, de 04 de abril de 2024; (g) ratificou a indicação do Sr. Frank Bozic Junior, Diretor Vice-Presidente da Companhia, como responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguro e dos serviços por esses prestados, nos termos da Resolução CNSP nº 431, de 12 de novembro de 2021; responsável pelo registro das operações de seguros, providência complementar aberta, capitalização e resseguros, nos termos do art. 13 da Resolução CNSP nº 383, de 20 de março de 2020 ("SRO"); responsável administrativo-financeiro, conforme previsto no artigo 54, §2º, da Circular SUSEP nº 700, de 04 de abril de 2024; e responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria independente previstos na regulamentação em vigor, conforme o disposto na Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021; (h) ratificou a indicação do Sr. Fabiano Rodrigo Mariscal Rossetto, Diretor Estatutário da Companhia, como responsável técnico, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021; responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143, de 27 de dezembro de 2005; e responsável pela política institucional de conduta, nos termos do art. 12 da Resolução CNSP nº 382, de 4 de março de 2020. Nada mais.

A íntegra da Ata encontra-se disponível no site: <https://jornalempresasnegocios.com.br/> Jucesp nº 185.642/26-3 em 05/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GOPLAN S/A
 CNPJ nº 37.422.096/0001-96

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos 26 dias do mês de maio de 2026, convocamos os senhores acionistas da GOPLAN S/A, com sede na Rua Antônio Lapa, nº 606, Bairro Cambú, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP sob nº 13.025-241 inscrita no CNPJ nº 37.422.096/0001-96, para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA (AGOE)**, a ser realizada no dia 08 de junho de 2026, às 14:00h (horário de Brasília), exclusivamente em ambiente virtual através da plataforma Teams. A votação será realizada à distância, equiparada à votação presencial, por meio do link que será disponibilizado aos acionistas. Somente terão direito a voto os acionistas ou seus procuradores, desde que possuam procuração específica para participar da Assembleia em nome do acionista. **Pautas:** 1) Deliberação documento final da Goplan Holding; 2) Deliberação do Orçamento Período 26/27; 3) Deliberação sobre Alteração na Composição do Conselho de Administração; 4) Outros temas. Sem mais. Campinas, 26 de Maio de 2026. **JOSE HENRIQUE SALGADO GALLI** - Diretor Executivo CEO.

Mizha Energia Participações S.A.
 CNPJ nº 18.634.114/0001-59 - NIRE 33.3.0030865-2

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de março de 2026

Aos 24/3/26, às 10h30, na sede social. **Mesa:** Sr. Noriaki Watanabe, Presidente, e Sr. Yuya Kitajima, Secretário. **Presença:** Totalidade do capital social. **Deliberações:** Por unanimidade, aprovaram: (i) a transferência da sede social da Companhia da cidade do Rio de Janeiro/RJ, para a cidade de São Paulo/SP passando a funcionar na Avenida Das Nações Unidas, nº 14.171, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, Complemento: Conjunto 1103; (ii) Aprova-se à modificação do Artigo 2º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: **Artigo 2º - A Sociedade tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Das Nações Unidas, nº 14.171, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, Complemento: Conjunto 1103, podendo manter filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou exterior, mediante resolução da Diretoria;** (iii) Ratificar, para todos os fins de direito, a composição de sua Diretoria Executiva, formada pelos seguintes membros: (a) Yuya Kitajima; (b) Tomoki Yamamoto; (iii) Noriaki Watanabe; (iv) Renan Cardozo Bello; todos com endereço comercial na sede da empresa; e (iv) a consolidação de seu Estatuto Social, conforme Anexo I. Por fim, os acionistas aprovaram, por unanimidade, a publicação da presente Ata na forma de extrato, ao invés de publicar a ata na íntegra. **Lavratura e Leitura da Ata:** Foi a ata lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. JUCESP/NIRE nº 3530069244-6, em 23/4/26. Marina Centurion Dardani - Secretária-Geral. O texto acima é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento com o Anexo I - Estatuto Social, poderá ser consultado na versão digital do jornal "https://jornalempresasnegocios.com.br/publicidade_legal/" desta data.

Publicidade Legal



A Mente do Cliente

Neiva Mendes (*)

O mundo virou um crash test e sua empresa ainda não instalou airbags

Olá, queridos!

Esse texto nasce depois de muitas noites pensando. Quem fundou uma empresa há 8 anos, como nós da Blue6ix, e segue com ela viva, ativa, crescendo e contrariando as estatísticas brasileiras, sabe exatamente o que isso significa. Durante muito tempo, tocar uma empresa era quase como dirigir em uma estrada conhecida. Podia ter curva, buraco, um ou outro imprevisto... mas, no geral, dava para prever o caminho. Tínhamos maior previsibilidade para planejar, otimizar, controlar. Só que essa estrada mudou.

Hoje, o cenário se parece muito mais com um crash test da indústria automotiva. Pandemias, guerras, mudanças bruscas de mercado, rupturas na cadeia de suprimentos... aquilo que antes era exceção virou rotina. Não é mais "se" vai acontecer, é "quando". E, mesmo assim, muitas empresas ainda reagem do mesmo jeito, tentando prever melhor, planejar mais, controlar tudo.

Só tem um problema nisso. Essa lógica parte da ideia de que dá para evitar o impacto, mas, hoje, o impacto não é evitável. Ele é inevitável. A indústria automotiva, por exemplo, já enfrentou esse dilema há décadas. Em vez de tentar eliminar completamente os acidentes, algo impossível de ser feito, ela mudou a pergunta. Parou de focar apenas em evitar colisões e passou a focar em sobreviver a elas.

Não é teoria. Segundo a NHTSA (National Highway Traffic Safety Administration), airbags frontais reduzem o risco de morte em colisões em cerca de 30%. Eles não evitam o acidente, mas podem mudar o desfecho. Foi assim que surgiram airbags, zonas de deformação e sistemas de proteção. Eles não existem para impedir o impacto. Existem para absorver o impacto.

Diante dessa comparação, vale a pergunta: sua empresa está mais parecida com um carro sem airbag ou com um carro preparado para a colisão? Porque o mundo em que a gente opera hoje não é uma estrada previsível, é um ambiente onde o impacto está cada vez mais presente no jogo, e cabe a nós aceitar e nos adaptar.

A pergunta a ser feita não é "como evitar crises", é "quanto a sua empresa aguenta para não quebrar?" É duro pensar nisso, mas é necessário. Essa mudança já aparece

no comportamento das pessoas. Os clientes estão mais cautelosos, menos dispostos a se expor, mais atentos ao risco. Querem flexibilidade, previsibilidade e respostas rápidas. E têm cada vez menos tolerância a falhas. Ou seja, o mundo ficou mais sensível e mais exigente ao mesmo tempo.

Só que muitas empresas continuam operando como se eficiência, sozinha, resolvesse o problema. Estruturas enxutas, no limite, sem folga, sem redundância. Isso podia até funcionar até certo ponto, mas hoje, pode ser exatamente o que torna a empresa frágil. Eficiência sem margem de erro é como um carro leve demais, rápido demais e sem proteção nenhuma. Funciona bem até a primeira batida. Mais de 1,3 milhão de pessoas morrem por ano em acidentes de trânsito no mundo. Não por falta de direção, mas por falta de proteção suficiente no momento do impacto.

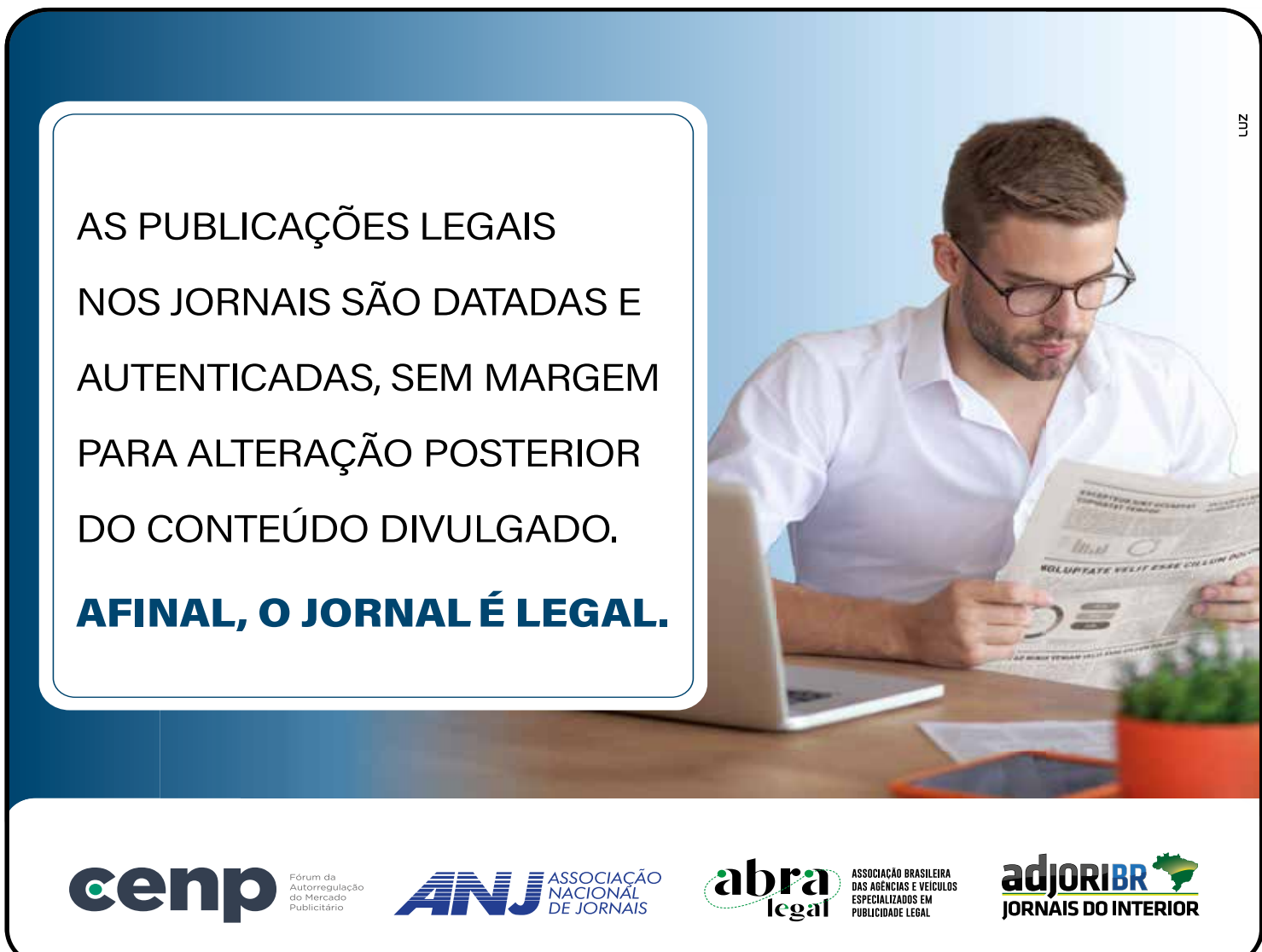
Empresas mais preparadas para esse novo cenário não são as que só tentam evitar falhas. São as que conseguem absorver o impacto e seguir. Elas constroem alternativas, distribuem riscos e ganham agilidade para mudar de rota rapidamente. E, principalmente, não dependem de decisões lentas e centralizadas quando o problema já está acontecendo.

É exatamente para esse tipo de cenário que a Blue6ix foi construída. Flexível, antecipando riscos e respondendo com rapidez. Não como uma empresa que tenta prever tudo, mas como uma estrutura preparada para se adaptar, absorver impacto e seguir em movimento.

As crises vão acontecer, mas a questão é: o quão frágil é a sua empresa diante delas? Porque, hoje, muitas organizações não quebram por um grande evento. Elas quebram por uma sequência de pequenas pancadas, uma após a outra, sem tempo para se recompor, o que nos revela uma divisão bem clara.

De um lado, empresas que ainda acreditam que podem evitar o acidente. Do outro, empresas que já entenderam que o impacto faz parte e, por isso, se prepararam para ele. No fim das contas, seja qual for o desdobramento das crises, é preciso se preparar para continuar inteiro depois da colisão.

(*) Presidente do Conselho e sócia-fundadora da Blue6ix Tecnologia (neiva.mendes@blue6ix.com.br).



AS PUBLICAÇÕES LEGAIS NOS JORNAIS SÃO DATADAS E AUTENTICADAS, SEM MARGEM PARA ALTERAÇÃO POSTERIOR DO CONTEÚDO DIVULGADO. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

cenp Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

abra legal ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL

adjoribr JORNAL DO INTERIOR



Empresas & Negócios do AGRO

agronegocio@netjen.com.br

São Paulo, quarta-feira, 27 de maio de 2026

Grupo VAMOS abre vagas

O Grupo VAMOS, líder em locação de veículos pesados e maior revendedor de caminhões seminovos do Brasil, anuncia novas oportunidades na área financeira para atuação em Mogi das Cruzes (SP), acompanhando o atual ciclo de crescimento e eficiência operacional da companhia. As inscrições variam de acordo com a vaga e devem ser feitas exclusivamente pelo portal de carreiras da companhia: <https://vamos.gupy.io/>.

Foto: Bruno Laviola

Cinco unidades de pesquisa da Embrapa – Embrapa Agroenergia (DF), Embrapa Agroindústria Tropical (CE), Embrapa Milho e Sorgo (MG), Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (DF) e Embrapa Trigo (RS) – integram capacidades para desenvolver soluções científicas que ampliem a contribuição da agricultura brasileira na descarbonização da economia. O desafio central é investir em ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para transformar biomassa e resíduos agroindustriais em energia, combustíveis renováveis e insumos de base biológica, com ganhos ambientais e competitividade.

Essa estratégia institucional em rede, estruturada e liderada pela Embrapa Agroenergia, faz parte do projeto “Centro temático para desenvolvimento de soluções integradas voltadas à transição energética a partir da agricultura” (Bioinova), que conta com aporte de R\$ 14 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para modernizar o parque de equipamentos e fortalecer a infraestrutura da Embrapa. A iniciativa, com duração de 36 meses, visa alcançar 10 metas voltadas à geração de tecnologias para produção sustentável de energia e materiais renováveis (Ag. Embrapa).

AGROENERGIA



PROJETO ESTRATÉGICO VAI ACELERAR SOLUÇÕES DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA A PARTIR DA AGRICULTURA

Conexion 2026 discute maturidade digital como nova fronteira competitiva do agronegócio

O agronegócio brasileiro entra em uma nova etapa de competição, em que produtividade, relacionamento, canais, dados, reputação técnica e inteligência de mercado passam a ser tão estratégicos quanto escala, distribuição e eficiência operacional. Para discutir esse novo cenário, será realizado no dia 11 de junho de 2026, em São Paulo, o Conexion 2026 – Maturidade Digital no Agronegócio, encontro presencial voltado a executivos, lideranças, empresas, agtechs, consultorias e profissionais das áreas de marketing, tecnologia, comunicação, gestão e inovação.

Com programação das 08h30 às 12h, o evento parte de uma premissa central: o agro brasileiro já é uma das principais forças econômicas do país, mas sua próxima fronteira competitiva dependerá cada vez mais da capacidade das empresas de transformar tecnologia em valor real de negócio.

Mais do que discutir ferramentas, o Conexion propõe uma leitura executiva sobre maturidade digital aplicada ao agronegócio. A pauta inclui temas como inteligência artificial, análise de dados, automação, canais digitais, plataformas de relacionamento, reputação, segmentação, eficiência comercial, gestão de margem e novas formas de conexão (<https://agronegocio.conexion.network/>).

Projeto Cacaucultores do Futuro

Divulgação



Estão abertas as inscrições para a 7ª edição do programa Cacaucultores do Futuro, iniciativa promovida pela Nestlé Brasil em parceria com o Instituto Ampliê para capacitar 40 jovens produtores rurais e estudantes interessados na cacauicultura. Podem participar jovens de 18 a 29 anos, que residem no Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais, e que tenham disponibilidade para participação presencial entre os dias 21 e 23 de julho.

As inscrições estão abertas. Os candidatos interessados podem saber mais no edital disponível no site www.cacaucultoresdofuturo.com.br. O foco da formação é o incentivo à sucessão familiar, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e o uso de tecnologias no campo.

A programação do Cacaucultores do Futuro inclui conteúdos teóricos e práticos, abordando desde os fundamentos da produção sustentável até temas como agricultura regenerativa e inovação no campo. Os 40 jovens selecionados também irão visitar uma propriedade modelo para conhecer soluções inovadoras

para o cultivo de cacau de forma eficiente e sustentável e a fábrica da Nestlé em Feira de Santana.

“Essa iniciativa é um compromisso da Nestlé com a formação de novas lideranças no campo, contando com palestrantes renomados e apresentando soluções inovadoras para a produção do cacau. Apoiar os jovens é essencial para garantir a continuidade e a evolução da cadeia do cacau com responsabilidade social e ambiental, além de incentivar o desenvolvimento econômico das comunidades”, afirma Igor Mota, gerente de agricultura para cacau na Nestlé Brasil.

O Cacaucultores do Futuro já impactou 240 jovens em todo o Brasil, com edições realizadas em estados como Espírito Santo, Bahia, Pará, Rondônia e Minas Gerais. Durante a imersão, os participantes têm acesso a uma formação completa e inspiradora, que busca despertar o protagonismo dos jovens na construção de um futuro mais inovador e sustentável para o setor. Há ainda debates com especialistas, análises de mercado e troca de experiências com outros jovens produtores.

Brasil marca presença no SIAL Shanghai

Principal destino do agronegócio brasileiro, a China respondeu por 32,7% dos US\$ 169,2 bilhões exportados pelo setor em 2025, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Esse avanço das exportações brasileiras – especialmente de proteína animal – para o país asiático tem impulsionado a presença de empresas nacionais em feiras internacionais estratégicas, como o SIAL Shanghai, realizado entre 18 e 20 de maio, em Xangai. Ao longo dos três dias de evento, a feira reuniu compradores profissionais de 132 países e regiões, formando uma ampla rede global de negócios para o setor de alimentos e bebidas.

Nesse contexto, o Brasil marcou forte presença, com mais de 80 expositores. A Associação Brasileira de Proteína Animal, por exemplo, mantém participação recorrente no SIAL Shanghai. A ABPA participou do evento em parceria com a ApexBrasil, levando agroindústrias brasileiras para uma ação estruturada de promoção comercial e institucional. A iniciativa foi realizada por meio das marcas setoriais Brazilian Chicken, Brazilian Pork, Brazilian Egg, Brazilian Breeders e Brazilian Duck. Segundo levantamento consolidado junto às empresas participantes, os contatos comerciais realizados durante a feira deverão gerar US\$ 45,5 milhões em negócios ao longo dos próximos 12 meses (<https://www.sial-network.com/>).

Destaque I

Divulgação DATAGRO



GAFFFF 2026 inova com duas edições em São Paulo e Mato Grosso

O Global Agribusiness Festival (GAFFFF), maior festival de cultura agro do mundo, terá duas edições no Brasil em 2026. O evento será realizado pela primeira vez em Sorriso (MT), entre os dias 23 e 26 de julho, e retorna a São Paulo, pelo terceiro ano, nos dias 1º e 2 de outubro, no Allianz Parque. A presença do GAFFFF em Mato Grosso e São Paulo reúne, em uma mesma plataforma, dois dos principais estados produtores do agronegócio brasileiro. Com isso, o GAFFFF amplia sua presença para além dos grandes centros urbanos e passa a se conectar também diretamente com territórios onde a produção agropecuária acontece em escala. Criado pela DATAGRO, consultoria agroindustrial independente com atuação em mais de 50 países. As edições realizadas em São Paulo reuniram mais de 50 mil participantes e posicionaram o festival como uma plataforma internacional de conteúdo, relacionamento e negócios para o agronegócio (<https://gaffffsorriso.com/>).

Destaque II

Divulgação



Castrolanda conquista 1º lugar em ranking do Sistema Aurora na suinocultura

A Castrolanda conquistou o 1º lugar no Ranking Sistema Aurora, Premiação Destaques Suinocultura 2025, reconhecimento entregue na última semana, em Chapecó (SC). A premiação reconhece o desempenho das cooperativas parceiras do Sistema Aurora com foco em qualidade, excelência operacional e segurança dos processos ligados à produção de rações e à cadeia da suinocultura. Segundo o coordenador industrial da fábrica de rações da Castrolanda, Mahani Acir Piacentini de Souza, o resultado reflete uma evolução contínua da cooperativa nos últimos anos. Em 2024, a Castrolanda obteve nota 8,2 na avaliação. Já na avaliação seguinte, referente a 2025, o índice subiu para 9,6.

Desafios do haCARthon estão com inscrições abertas

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Impact Hub Brasil abrem as inscrições para o haCARthon, uma maratona de inovação aberta voltada ao desenvolvimento de soluções open source que ampliem a eficiência e acessibilidade do Cadastro Ambiental Rural (CAR). As inscrições estão disponíveis desde dia 15 de maio, com o evento programado para os dias 26, 27 e 28 de junho de 2026. O haCARthon é a primeira iniciativa de inovação aberta do projeto CAR DPG, que busca expandir o alcance do Cadastro Ambiental Rural para outros países, disponibilizando-o como uma ferramenta de código aberto, intuitiva e escalável.

Elevar o controle de nematoides na soja e milho

O Grupo Santa Clara, por meio da Infloira Biociência, lança o Exclusiv Evo, uma tecnologia inédita desenvolvida para enfrentar um dos maiores gargalos produtivos da agricultura brasileira: os nematoides. Validado em campos comerciais nas principais regiões agrícolas do país, o produto traz em sua composição o Bacillus inaquosorum, microrganismo de uso inédito na agricultura brasileira e um marco na nova geração de biotecnologias voltadas ao manejo biológico de solo (www.santaclaragrupo.com.br).

Caravana da Embrapa, Simbiose e Bioma chega ao Mato Grosso

A Cogny anuncia a realização da “Caravana Solo Vivo, Fósforo Ativo”, uma iniciativa em parceria com a Embrapa que irá percorrer importantes regiões agrícolas de Mato Grosso. O objetivo é demonstrar, na prática, os benefícios do uso de solubilizadores de fósforo no manejo nutricional das lavouras. O SolubPhos e o BiomaPhos, desenvolvidos em parceria, destacam-se por proporcionar maior eficiência no uso de fertilizantes fosfatados, reduzindo a dependência desse insumo em um cenário de pressão global sobre oferta e preços, agravado pelas tensões geopolíticas no Oriente Médio.

Inovação em porta-enxertos Topseed Premium será destaque na Hortitec 2026

Com o objetivo de lançar tecnologias no mercado e apresentar a genética avançada já existente em seu portfólio, a linha profissional de sementes Topseed Premium participará da 31ª edição da Hortitec (Exposição Técnica de Horticultura, Cultivo Protegido e Culturas Intensivas), que será realizada entre os dias 17 e 19 de junho de 2026, em Holambra (SP). Entre as novidades apresentadas pela linha estarão o porta-enxerto para pepino Avante F1, que proporciona longevidade de colheita e frutos mais retos e brilhantes, além dos porta-enxertos para tomate Fundador F1 e Larix F1, desenvolvidos para melhorar a estrutura da planta, com aumento de vigor e resistência a fatores abióticos (www.agristar.com.br).



OPINIÃO

Mesmo protocolo, resultados diferentes: o que explica a variação entre lotes na resposta vacinal da pecuária moderna

Gustavo Sena Lopes (*)

A pecuária brasileira atingiu um novo patamar tecnológico.

Protocolos vacinais estruturados, uso crescente de IATF e manejo cada vez mais profissionalizado colocaram o país entre os líderes globais em produtividade. Mas, na prática de campo, uma pergunta ainda intriga produtores e técnicos: por que lotes aparentemente iguais respondem de forma tão diferente ao mesmo protocolo sanitário?

A resposta revela um dos pontos mais críticos da pecuária moderna: a eficiência vacinal não depende apenas da vacina.

Embora as vacinas sejam ferramentas indispensáveis no controle de doenças reprodutivas como IBR, BVD e leptospirose, sua eficácia está diretamente condicionada a uma série de fatores que modulam a resposta imunológica dos animais.

Na prática, isso significa que dois lotes, ainda que submetidos ao mesmo protocolo, podem apresentar resultados completamente distintos.

Um dos principais fatores que explicam essa variação é o estresse. Situações comuns no dia a dia da fazenda como manejo excessivo, transporte, calor intenso, desmama e altas lotações levam ao aumento do cortisol, um hormônio com efeito imunossupressor direto. O resultado é claro: a vacina é aplicada, mas a resposta do animal não acontece, trazendo como impacto a redução da proliferação linfocitária, menor produção de anticorpos pós-vacinação, maior risco de falha na concepção e aumento de perdas embrionárias.

Outro fator determinante é o status nutricional. Deficiências energéticas e de nutrientes-chave como Zinco, Cobre, Manganês, Selênio e Vitaminas A e E comprometem diretamente o funcionamento do sistema imune e a eficiência reprodutiva.

Animais com baixo escore corporal ou carências subclínicas apresentam menor resposta sorológica, maior risco de perda embrionária e queda na taxa de prenhez. Ou seja, sem base nutricional adequada, não existe protocolo que sustente resultado.

Entre os fatores sanitários, a Diarreia Viral Bovina (BVD) merece destaque. A presença de animais persistentemente infectados (PI) dentro do rebanho funciona como uma fonte contínua de infecção, comprometendo toda a imunidade coletiva. O fator mais crítico, contudo, é que, muitas vezes, esses animais passam despercebidos.

O impacto é direto, com aumento de abortos e perdas embrionárias, nascimento de bezerros fracos e redução significativa da eficiência reprodutiva.

As verminoses também desempenham papel relevante e frequentemente subestimado. Parasitas como *Haemonchus*, *Cooperia* e *Ostertagia* provocam perdas subclínicas importantes, desviando energia que deveria ser direcionada para reprodução, ganho de peso e sistema imune. Além disso, infestações crônicas reduzem a eficiência da resposta vacinal.

As fazendas mais eficientes do Brasil já entenderam que o resultado real vem da integração entre imunização estratégica, nutrição de precisão, controle parasitário eficiente, manejo de baixo estresse e protocolos reprodutivos bem estruturados.

Nesse contexto, programas sanitários mais modernos têm evoluído para uma abordagem sistêmica, que considera não apenas a aplicação da vacina, mas também fatores como ambiência, manejo, status nutricional, controle parasitário e monitoramento reprodutivo. A combinação desses pilares contribui para maior padronização das respostas imunológicas, redução de perdas reprodutivas e melhoria da eficiência produtiva dos rebanhos.

Em um cenário no qual cada ponto percentual de prenhez representa impacto direto na rentabilidade, entender os fatores que modulam a resposta vacinal deixou de ser diferencial técnico e passou a ser estratégia de negócio.

Na pecuária moderna, o erro não está na tecnologia, mas na falta de integração. Se dois lotes recebem o mesmo protocolo e produzem resultados diferentes, o problema não está na vacina, mas no sistema.

(*) Médico-veterinário, coordenador de Território Pecuária da Biogênese Bagó em Mato Grosso.

Fiscalização insuficiente e informalidade desafiam proteção de trabalhadores rurais assalariados, alerta especialista

"Os riscos ocupacionais no trabalho rural continuam entre os mais severos do mercado de trabalho brasileiro"

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados deve discutir nesta semana uma série de demandas relacionadas às condições de trabalho dos assalariados rurais no Brasil, incluindo combate ao trabalho análogo à escravidão, informalidade, saúde e segurança no campo, igualdade de gênero e fortalecimento da negociação coletiva. O debate reacende a preocupação de especialistas sobre a distância entre a legislação trabalhista existente e a realidade enfrentada diariamente por milhares de trabalhadores rurais no país.

Embora a legislação brasileira assegure aos trabalhadores rurais praticamente os mesmos direitos garantidos aos trabalhadores urbanos, especialistas apontam que a fragilidade na fiscalização e na implementação das normas ainda representa um dos principais entraves para a efetiva proteção da categoria.

Segundo a advogada Juliana Mendonça, mestra em Direito e especialista em Direito e Processo do Trabalho, sócia do escritório Lara Martins Advogados, os riscos ocupacionais no trabalho rural continuam entre os mais severos do mercado de trabalho brasileiro justamente pela combinação de fatores físicos, ambientais e estruturais. "Os trabalhadores rurais convivem diariamente com exposição prolongada ao calor intenso, radiação solar, contato com agrotóxicos, riscos de acidentes com máquinas agrícolas e, em muitos casos, condições precárias de transporte, escassez de água potável e locais inadequados de descanso, explica.

A professora destaca que o ordenamento jurídico brasileiro possui um conjunto



Juliana Mendonça

robusto de normas voltadas à proteção da categoria. Além da Constituição Federal, a proteção legal inclui a Lei do Trabalhador Rural (Lei nº 5.889/73), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e normas regulamentadoras específicas, especialmente a NR-31, voltada à segurança e saúde nas atividades agrícolas, pecuárias, florestais e aquícolas. "No cenário atual, o principal problema não parece ser a ausência de legislação, mas sim a dificuldade de implementação efetiva e fiscalização contínua, principalmente em regiões geograficamente dispersas", afirma Mendonça.

Entre os temas que serão debatidos na audiência está o combate ao trabalho análogo à escravidão e à informalidade no campo. Para a advogada, ampliar a pre-

sença territorial da fiscalização trabalhista e intensificar operações em regiões com maior incidência de irregularidades são medidas essenciais para reduzir violações de direitos.

Ela também aponta a necessidade de combater a intermediação ilícita de mão de obra e fortalecer os instrumentos de negociação coletiva. "A negociação coletiva pode funcionar como mecanismo importante de adaptação às especificidades das safras e da dinâmica do trabalho rural, desde que não implique redução indevida de direitos e garantias mínimas dos trabalhadores", observa.

Outro ponto central do debate envolve desigualdade de gênero e raça nas relações de trabalho rurais. Segundo a advogada, ainda existe concentração de mulheres em funções menos valorizadas e com remuneração inferior, o que evidencia a necessidade de políticas mais efetivas de inclusão e valorização profissional no campo. "É fundamental que existam critérios transparentes de promoção, acesso igualitário à qualificação profissional e mecanismos de monitoramento remuneratório para evitar distorções e desigualdades históricas", ressalta.

Para a especialista, o desafio contemporâneo vai além do combate às formas extremas de ilegalidade. "O grande desafio hoje é construir um padrão efetivo de trabalho decente no campo, que combine remuneração adequada, segurança, estabilidade contratual, igualdade material e representação coletiva efetiva", conclui.

Fonte: Juliana Mendonça: é mestra em Direito e especialista em Direito e Processo do Trabalho, sócia do Lara Martins Advogados.

Transição águas-seca exige planejamento e suplementação nutricional para o gado

A chegada do período de transição águas-seca é uma das épocas do ano mais difíceis para o rebanho, que sofre com a redução de volume e qualidade do pasto, uma vez que a falta de chuva faz com que o capim reduza o ritmo de crescimento. Com isso, a proteína do pasto pode cair de 8 a 10% para menos de 6%, enquanto a fibra aumenta, reduzindo a qualidade da forragem, com consequente prejuízo para o desempenho do rebanho. O planejamento correto e a suplementação podem evitar os efeitos negativos do período, garantindo a rentabilidade da propriedade.

No Brasil, cerca de 95% da produção de carne bovina depende de pastagens, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). "Entender esse momento do ciclo da pastagem é essencial para planejar o manejo e manter a produtividade. Deixar o planejamento para depois, não ajustar a nutrição e ignorar o manejo de pastagens pode acarretar prejuízos para o produtor. Um bom planejamento estratégico deve ser feito com pelo menos seis meses de antecedência", alerta o zootecnista e diretor técnico industrial da Connan Nutrição Animal, Bruno Marson.

A redução de proteína e o aumento da fibra limitam a eficiência ruminal e o aproveitamento da forragem, impactando diretamente o desempenho. O planejamento do produtor deve focar no aspecto nutricional, com uso de suplementação proteica, e manejo do pasto (lotação e altura de entrada na seca) para evitar perda de peso e preparar a fazenda para a entressafra.



No caso do manejo de pastagens, uma medida a ser adotada é o ajuste de lotação, reduzindo o número de animais por hectare e monitorando a altura do capim, evitando que ele entre na seca muito baixo para garantir o fornecimento de volumoso.

Para o planejamento nutricional, Marson indica o uso de suplementos formulados para o período seco, que complementam a alimentação e fornecem nutrientes essenciais como vitaminas, minerais, aminoácidos ou ricos em energia. Ele explica que os produtos apropriados para o período possuem ingredientes e níveis de inclusão que propiciam melhor consumo, levando em consideração as condições dos pastos durante as secas. Esses suplementos precisam ter proteína em sua composição, seja pela ureia ou por farelos proteicos, para suprir as faltas nutricionais das pastagens secas.

"O momento propício para a troca do suplemento é durante o período de transição, quando os pastos começam a "amarelar", para evitar quedas de desempenho. A troca

deve ser realizada de maneira gradual, para que os animais se adaptem bem ao novo alimento", explica Marson.

O diretor técnico industrial orienta o produtor a, na primeira semana, misturar um saco do suplemento novo com dois sacos do antigo, aumentando a proporção na segunda semana para dois sacos do novo para um do utilizado anteriormente. A partir da terceira semana, o novo suplemento pode ser colocado no cocho sem necessidade de mistura.

Para reduzir os impactos negativos desse período, a Connan tem em seu portfólio para criadores as linhas Torque e Master, desenvolvidos especialmente para essa fase, e conta com técnicos especializados prontos para tirar as dúvidas do pecuarista, sempre que necessário. "Com a suplementação adequada, o produtor poderá passar pela fase das águas-seca com mais tranquilidade, sabendo que seu rebanho está sendo bem tratado, garantindo, assim, a rentabilidade da fazenda", finaliza Marson.

Pamplona Alimentos participa da SIAL China e reforça estratégia de expansão na Ásia

A Pamplona Alimentos, especialista em carne suína há 78 anos, participa da SIAL China 2026, realizada entre os dias 18 e 20 de maio, em Xangai, reforçando sua estratégia de expansão global e relacionamento com mercados asiáticos. Considerada uma das principais feiras mundiais do setor de alimentos e bebidas, a SIAL reúne compradores, distribuidores e empresas de diversos

países, com forte presença do segmento de proteínas animais. A participação ocorre em um momento de avanço das exportações brasileiras de carne suína e de fortalecimento da atuação internacional da companhia. Atualmente, a Pamplona exporta para mais de 20 países e mantém habilitações para mercados estratégicos da Ásia, América Latina e África.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), a China segue entre os principais destinos da carne suína brasileira, mantendo relevância para o setor exportador nacional. Em 2025, o Brasil registrou crescimento de 11,6% nas exportações de carne suína, com recorde histórico de 1,51 milhão de toneladas embarcadas, segundo a entidade.

Mato Grosso deve ampliar produção de etanol em 16%

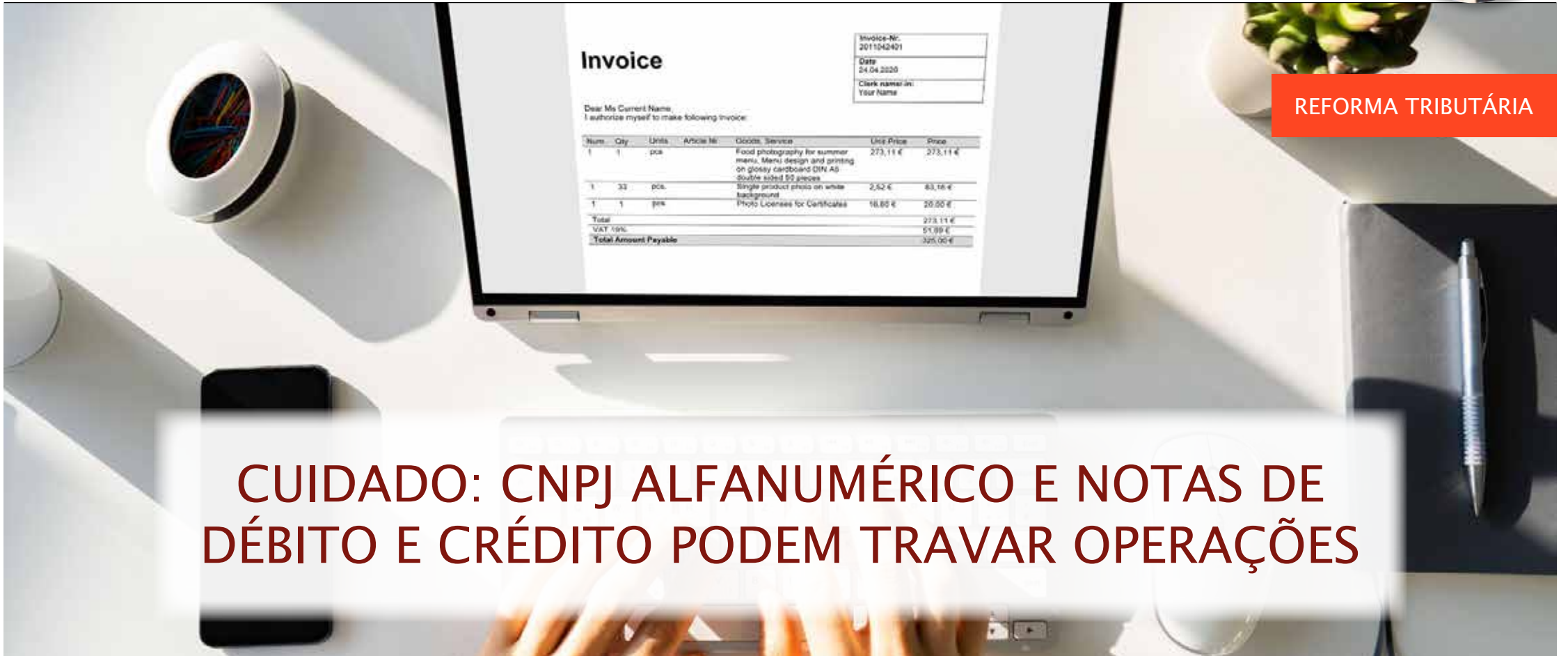
Mato Grosso deve consolidar sua posição entre os principais polos de biocombustíveis do país na safra 2026/27. Levantamento do Bioind-MT, com elaboração do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), projeta crescimento de 16,08% na produção total de etanol no estado, que deverá atingir 8,44 milhões de metros cúbicos no próximo ciclo.

Dados divulgados por Bioind-MT e Imea, mostram avanço da produção em Mato Grosso, impulsionado pelo etanol de milho.

"Nossa estimativa mostra que o avanço será sustentado principalmente pela expansão do etanol de milho, segmento no qual Mato Grosso já responde por 62% da produção nacional de etanol de cereais", explica Silvio Rangel, presidente do Bioind-MT e da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt). "Além de fortalecer a segurança energética e a economia do país, o setor se posiciona como estratégico para o futuro da descarbonização dos transportes, com potencial crescente no fornecimento de combustíveis renováveis para aviação e navegação marítima."



Andriy_Popov_CANVA



CUIDADO: CNPJ ALFANUMÉRICO E NOTAS DE DÉBITO E CRÉDITO PODEM TRAVAR OPERAÇÕES

A transformação tributária em curso no Brasil já vinha exigindo atenção das empresas por conta da chegada do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), tributos criados pela Reforma Tributária para substituir impostos federais, estaduais e municipais sobre o consumo.

Henrique Sauerbronn (*)

Agora, dois novos movimentos aceleram ainda mais a necessidade de revisão operacional e tecnológica nas organizações: a adoção do CNPJ alfanumérico e a entrada em vigor das novas Notas de Débito e Crédito, documentos usados para regularizar valores entre empresas.

Embora pareçam mudanças pontuais à primeira vista, ambas representam uma alteração importante na forma como empresas, sistemas e áreas internas se relacionam com as obrigações fiscais. O desafio não está apenas na adequação legal, mas principalmente no impacto sobre processos, integração de dados e continuidade operacional.

A partir de julho de 2026, todos os novos CNPJs emitidos no Brasil passarão a ter letras e números. A mudança acontece porque o modelo atual se aproxima do limite de combinações disponíveis diante do crescimento acelerado da abertura de empresas no país. O formato continuará com 14 posições, mas as 12 primeiras poderão incluir caracteres alfanuméricos.

Na prática, as empresas precisarão adaptar seus sistemas porque, basta um fornecedor, cliente ou parceiro comercial passar a operar com um CNPJ contendo letras e os processos de cadastro, emissão de notas, validações fiscais, integrações bancárias e rotinas de ERP (Enterprise Resource Planning) serão impactados.

O risco está justamente nos detalhes invisíveis da operação. Muitos sistemas ainda utilizam máscaras, validações ou campos preparados apenas para números. Um simples bloqueio em um cadastro pode interromper faturamentos, impedir recebimentos ou gerar falhas fiscais em cadeia. Em empresas com ambientes complexos e múltiplas integrações, o problema tende a ganhar escala rapidamente.

Ao mesmo tempo, a Reforma Tributária traz uma mudança importante na forma como os tributos serão acompanhados



Henrique Sauerbronn

“O impacto vai muito além da área fiscal. O financeiro passa a participar diretamente de processos tributários, já que pagamentos antecipados, juros e multas podem gerar efeitos fiscais imediatos. Logística e almoxarifado passam a influenciar a apuração dos tributos em casos de devoluções, recusas ou perdas de mercadorias.

Divulgação pelo Fisco. Com a criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), o governo passa a depender cada vez mais das informações enviadas em tempo real pelas empresas por meio dos documentos fiscais eletrônicos. Na prática, isso significa que operações que antes eram ajustadas apenas internamente, na contabilidade ou na escrituração fiscal posterior, agora precisarão estar formalizadas corretamente nos documentos transmitidos ao Fisco.

É nesse cenário que ganham relevância as novas Notas de Débito e Crédito. Esses documentos passam a ser obrigatórios para registrar situações que alteram o cálculo dos tributos, como devoluções, pagamentos antecipados, perdas de estoque, juros, multas ou revisões de valores após a emissão de uma nota fiscal. Ou seja, eventos que antes eram tratados apenas como movimentações financeiras ou operacionais passam a ter impacto direto na apuração tributária.

Na prática, isso muda a rotina das empresas. Uma mercadoria recusada pelo cliente, por exemplo, deixa de ser apenas um problema logístico e passa a exigir a emissão de uma Nota de Crédito para corrigir os efeitos tributários daquela operação. Já as perdas de estoque por extravio, furto ou deterioração precisarão ser formalizadas por meio das Notas de Débito previstas. Sem esses documentos, os ajustes tributários podem não ser reconhecidos corretamente pelo Fisco.

O impacto vai muito além da área fiscal. O financeiro passa a participar diretamente de processos tributários, já que pagamentos antecipados, juros e multas podem gerar efeitos fiscais imediatos. Logística e almoxarifado passam a influenciar a apuração dos tributos em casos de devoluções, recusas ou perdas de mercadorias. Vendas, compras, controladoria e tecnologia precisam operar de forma integrada para garantir que as informações circulem corretamente entre os sistemas e sejam refletidas de maneira adequada nos documentos fiscais eletrônicos.

Esse talvez seja o maior desafio das empresas daqui para frente: romper os silos operacionais que historicamente separaram áreas fiscais, financeiras e de tecnologia. Por isso, a discussão não deve se limitar à adequação legal. O tema envolve governança operacional, revisão de processos e preparação tecnológica. Empresas que tratarem essas mudanças apenas como ajustes técnicos de última hora podem enfrentar dificuldades relevantes, desde interrupções operacionais até inconsistências fiscais e riscos de compliance.

No ambiente corporativo, especialmente em operações que utilizam ERPs robustos e altamente integrados, o momento exige planejamento antecipado. É necessário revisar cadastros, validar integrações, adaptar fluxos fiscais e garantir que diferentes áreas trabalhem sob uma mesma lógica operacional.

O Brasil está redesenhando sua infraestrutura tributária digital. O CNPJ alfanumérico e as novas Notas de Débito e Crédito são sinais claros dessa transformação. Mais do que acompanhar uma exigência regulatória, as empresas precisarão adaptar sua operação para uma nova dinâmica fiscal, mais conectada, automatizada e integrada, evitando a descoberta tardia de que o impacto da Reforma Tributária vai muito além dos impostos.

(*) Chief Revenue Officer (CRO) da Ábaco Consulting, boutique consultiva de negócios focada em gestão e parceira SAP.



Kazimov_CANVA